

## BANDEIRA À BRASILEIRA: LIBELO VEXILOLOGICO CONTRA O POSITIVISMO SELETIVO NO BRASIL

### BRAZILIAN WAY OF FLAG: VIXILOLOGIC LIBYA AGAINST SELECTIVE POSITIVISM IN BRAZIL

Frederico Assis <sup>1</sup>

#### RESUMO

Análise ensaística de antropologia da história política, cultural, econômica, religiosa e social do processo de colonização e imperialismo multidimensional e escalar lida a partir da periferia (Brasil), em que se aplica uma revisão relacional dos conceitos de “Centro e Periferia”. Tendo como landscape reflexivo o espectro de ações sociais consensuais e conflituais das multidões e opiniões públicas vitais e virtuais das manifestações de junho de 2013, se intenta mapear os legados e limites das matrizes culturais desenvolvimentistas hegemônicas luso-tropicalista e o franco-positivista no Brasil, aparentemente antagônicas. No que aponta para uma aplicação do humanismo, iluminismo, democracia e positivismo, seletivo, desigual e retórico. Pressupostos de avanços civilizatórios, em que se camuflam, na verdade, estratégias de dominação de empresas, agências, classes, etnias, regiões e nações em relações às outras. Reflexão coletiva que permite uma arqueologia do imperialismo interno no território brasileiro ao longo dos tempos e, ao final, uma releitura e autenticação do símbolo pátrio mor: a bandeira nacional.

#### PALAVRAS-CHAVE

Positivismo; Centro e Periferia; Bandeira Nacional; Imperialismo; Sistema Mundo

---

<sup>1</sup>Frederico Assis, pesquisador de Estudos do Futuro associado à PUC SP, doutorado em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ.

## ABSTRACT

Anthropological analysis of the political, cultural, economic, religious and social history of the process of colonization and multidimensional imperialism and scalar read from the periphery (Brazil) in which a relational revision of the concepts of “Center and Periphery” is applied. Having as a reflective landscape, the spectrum of social actions consensual and conflicting of the crowds and vital and virtual public opinions of the June’s 2013 social movements, attempts to map the legacies and limits of the hegemonic cultural matrixes Luso-tropicalist and Franco-positivist in Brazil, antagonistic only At first withered. In what points to an application of humanism, enlightenment, democracy and positivism, selective, unequal and rhetorical. Assumptions of civilizing advances, in which, in fact, camouflage strategies of domination of companies, agencies, classes, ethnicities, regions and nations in relation to others. Collective reflection that allows an archeology of internal imperialism in the Brazilian territory over time and, at the end, a rereading and authentication of the symbol mother patria: the national flag.

## KEY WORDS

Positivism; Center e Periphery; National flag; Imperialism; World System

## Introdução

Espera-se aqui postular que as relações dialéticas entre centro e periferia, equivalente da de senhor e escravo (HEGEL, 2005) apresentadas em 3 situações arquetípicas (Centros X Centros; Centros X Periferias e Periferias X Periferias), estão, na verdade, presentes em muitos mais níveis/dimensões estruturais e cotidianas, socialmente configuradas por interdependência relacional assimétrica (ELIAS, SCOTSON, 2000). Constatação que traz latente uma perspectiva relacional e antitoponímica dessas categorizações norte e eurocêntricas, bem como, relativização do discurso pretensamente humanista e positivista que os engendra e legitima. E uma vez consciente, essas chamadas “periferias indelévels”, da expropriação internacional de sua mais valia, científica, inclusive, se pode apontar para conscientização simbólica de seu real valor na divisão interna e mundial do trabalho. E, a partir daí, sem se compactuar com guerras expansionistas, guerras civis e colonialismos internos, esboçar um rearranjo radical de sua posição estrutural no globo, naturalmente, em eterna rotação. Condições reflexivas e visionárias de tecnologia de paz que permitiriam a consolidação de blocos e capitais de poder nacionais econômicos, em concomitância com redistribuição de renda e terras, e um mínimo de centralização política equilibrada comutada com participação popular. Ambos em prol de justiça e memória social. Pelo menos, é esta minha “bandeira”.

A formação sócio cultural das matrizes basais dos projetos imperialistas remonta ao período histórico ocidental colonial e imperial, em que a racionalidade instrumental teve campo de replicação com hegemonia, em detrimento da totêmica (indígena). Para Lenin (1982) o imperialismo interestatal é uma forma extensiva do capitalismo de reproduzir sua lógica de contradição de classe (Burguesia X Proletariado) para o terreno

internacional (imperialismo do Centro sobre Periferia). Assim, como, posteriormente, arrazoa os paralelos dicotômicos de que tende o mundo do sistema hegemônico a vida (HABERMAS, 1987), o Estado, a sociedade (POULANTZS, 1987), a planificação urbana, os movimentos sociais (CASTELLS, 1983), o mundo moderno, o espaço cotidiano (LEFEBVRE, 1998) e a materialidade (tecnoesfera), a relacionalidade (psicoesfera) (SANTOS, 2013). No entanto, fundados a maioria dos processos coloniais no mundo, em que a Europa teve protagonismo acachapante, a colonialidade política, científica e cultural ainda não foi extirpada da África, Ásia e Américas.

É por esse motivo que a proposta da nova bandeira sugerida mais a frente se faz mister, porque não se trata de repensar a noção do positivismo comtiano, mas de atentar para as diversas escalas e gradientes de replicação dessa ideia na microfísica da sociedade brasileira. Ideia que não era inteiramente nova e que, na verdade, se distanciou de aplicabilidade no cotidiano das cidades brasileiras com a República, como mostra Murilo Marx (1999). A noção de ordem já era, pelo menos, evasivamente, utilizada desde os tempos reinóis por meio das Ordenações do Reino – cujas diretrizes se mantiveram em relação, mormente, a estruturação do espaço urbano predial no período imperial, apesar de terem implicado em uma involução da autonomia municipalista no tocante a questão judiciária e, após o ato adicional de 1834 à constituição imperial de 1824, também em relação a finanças, o que vai contribuir para ingerência política local (já que as instâncias municipais estão amarradas burocraticamente às províncias, exclusive, em relação às posturas urbanas) (ibid.).

Tendência essa que se perpetua durante a República, cujo princípio federalista inerente a sua constituição implicava em maior controle institucional estadual e federal nos municípios, mas que, em razão da diferença de escala de atuação, foram omissos em relação a suas demandas, o que favoreceu os grandes empreendedores imobiliários na predação do espaço urbano brasileiro, por eles transcenderem essas hierarquias burocráticas políticas ingerentes (ibid.). A ordem instituída no Brasil deixa, então, gradativamente o terreno do município para ser pautado pelo capital: desordem estatal, ordem capital (patriarcal patrimonial), que em defesa dos interesses capitalistas privados e/ou internacionais, impinge uma configuração espacial-fundiária e produtiva urbana e rural mas impelida a andar dentro da lei patrimonial (ordem), mas fora da propriedade privada (progresso).

E se o sentido de ordem microfísico urbana da República, historicamente, diminui, é de esperar que a capacidade apanágica de transformação social do positivismo republicano fica mais restrita do que em tempos reinóis. Dessa forma, serve como instrumento simbólico que cria a sensação de mudança que permite criar apatia política das massas, que estiveram bestializadas e afastadas no processo de republicanização do país por meio da ditadura militar positivista que instituiu a República (CARVALHO, 2012). No que serviu para consolidar sob novas e modernas roupagens as mazelas herdadas do status quo colonialista como a desigualdade social, a escravização e colonização, agora dos trabalhadores “livres”, sejam descendentes de índios e negros: proletários, camponeses, trabalhadores informais, pequenos agricultores e pequenos

empreendedores, reféns de uma minoria dominante – subserviente ao imperialismo neoliberal global por não ter consolidado uma economia burguesa, o que também, em tese, não teria permitido a consolidação de consciência de classe social. O que é paradoxal, se considerar o processo de urbanização e industrialização que a sociedade viveu no século XX (FARIAS, 1991)”.

É ambientado no campo de relações e contradições históricas com consensos e disputas políticas, econômicas, regionais, identitárias, raciais, étnicas, territoriais, muitas vezes, inter-relacionadas, que as manifestações de junho de 2013 tiveram forte repercussão por parte da classe média universitária, usualmente, despolitizadas. Para além de seus universos pequeno-burgueses, pareciam querer ser porta-voz das demais classes, assim como ela, excluídas do jogo capitalista neoliberal – se não dependentes do patrão, pelo menos, de seus pais. Ao fazer uso de um instrumento do neoliberalismo para conclamar ao protesto aberto em praça pública, os jovens estiveram em luta cívica (protestantes) ou guerra civil (vândalos) contra o Estado, representado por seu aparato repressor (Polícia). *Remake* dos tempos da ditadura ou não, o fato é que as ruas foram ocupadas (movimento *occupy*) em todo mundo nos meses anteriores e posteriores aos episódios dessa que, talvez, tenha sido o equivalente à um mix de Revolução Francesa e Maio de 68 no Brasil com direito a tomada simbólica da bastilha brasileira, o prédio do Senado – mantidas as devidas proporções, pois que esta teve sincronicidade entre sua causa democrática republicana e a marcha popular contra a monarquia, o que não se pode dizer do Brasil, visto que há um certo *delay* entre ambas as variáveis.

Um exemplo disso é que protesto social a francesa (contra-hegemônico de orientação iluminista) viria a se constituir como moda popular momentânea somente anos depois da Proclamação da República – ao qual a reação repressiva policial (embasada no consenso autoritário do Estado de Direito e da Democracia Representativa clientelista no Brasil que funde poder público com pessoal) ao conflito democratizante bem a brasileira desestimulou a perpetuação de um novo *habitus social* político-cultural no Brasil. Que fizesse de empoderamento do espaço urbano a partir da contiguidade corporal das multidões no (LE BONN, 2006), mesmo ainda que não coesas ideologicamente, no que demonstravam insatisfação geral (pois que repleta de ambiguidades e rivalidades internas) com a velha nova ordem mundial. Pois o anonimato do aglomerado material humano que é a multidão tende a fortalecer a força política e social do povo (“o povo unido jamais será vencido”) através do descondicionamento corporal implicado pelo cotidiano na violência disciplinar panóptica (FOCAULT, 2007) do Estado.

E de, fato, ocorreu nas manifestações de junho de 2013 nas grandes capitais brasileiras uma pulverização do que chamo de *facecartazes* – simbiose entre a opinião pública das redes sociais e multidão das ruas, mas que aponta para superficialidade a la perfil ou mensanges de *facebook* dos pleitos, o que não nega a sua combatividade em subverter em *letiv motiv* a ordem imperialista espacial do sistema patriarcal tutelar brasileiro, em que a pessoalidade do âmbito da casa tem predominância sobre o da universalidade da rua (DAMATTA, 1997). Se houveram jovens mascarados – para proteger identidades secretas tal qual super-heroí em suas potências nitzchianas – eles, em

sua maioria, tinham seu cartaz como fantasia, revelam a polifonia do espaço urbano em sua capacidade de facultar voz ao anônimo por meio das artes urbanas (grafite, estêncil, *performance*, intervenção urbana, rap, hinos revolucionários e cartaz). Isso como mensagem, pois como conteúdo exprime a crise da legitimidade da democracia representativa e sua capacidade de ser fidedigna às demandas populacionais internas – em detrimentos das internacionais, como reclama Caio Prado (RICUPERO, 2009) que desequilibram o campo de forças entre os aliados dessa órbita exógena e os deserdados do Brasil. É evidente que o caráter entrópico e anarquista das manifestações, apesar de serem a sua grande primazia, por em sua última instância, ansiar a uma representação em primeira pessoa (cartaz individual), é também responsável pela falta de liderança e approach eficaz dos movimentos – no que gerou uma crise de origem expressa nesse seguinte paradoxo: como criticar as lideranças oficiais atuais sem o peso e confronto insurgente de novas lideranças, pelo menos, extraoficiais representativas no espaço público, ou como vencer alguns heróis públicos dos santinhos políticos com os anti-heróis anônimos dos cartazes insurgentes?

Derrota que viria a acontecer quando a ex-presidente, Dilma, responsável direta pela contenção violenta das manifestações no Brasil e indireta pela corrupção partidária (uma dos temas mais recorrentes das reclamações das manifestações juntamente com a questão do mal emprego de recursos para a realização da Copa e Olimpíadas no Brasil), viria a ser reeleita em outubro de 2014. Para isso, seu marketing eleitoral fez uso de adesivos (vital) e fotos em redes sociais (virtual) da imagem de ex-guerrilheira esquerdista: propaganda subliminar que permitiu atenuar os efeitos de seus gestos fascistas contra as multidões-opiniões públicas do facecartaz das micropautas. Esse material de propaganda foi empunhado por muitos jovens que protestaram em 2013, no lugar de persistirem heroicamente com os cartazes, doravante sobre pautas estruturais (em relação à campanha presidencial, pelo menos) para fazer frente a enxurrada de placas, banners e panfletos dos candidatos (“santinhos”) da situação com suas macro promessas. Essa contradição da adesão dos manifestantes na campanha do partido da situação (PT) que aponta para uma outra, do caráter despolitizado e politizado das manifestações (contra o Estado, porém não contra o partido que está no poder), bem como seu caráter globalizante e tecnológico, corrobora a tese de coesão social da opinião pública e multidão por efeito manada tanto nas manifestações quanto na campanha. O que no Brasil ganha um sentido problemático, quase esquizofrênico, por já sermos uma sociedade relativa e relacionamente mais coletivista socializante (em contradição harmonizante ao fato de ser desigual personal e socialmente). Temo com isso que Bonifácio possa ter alguma razão quando afirma:

Obedientes ao justo, inimigos do arbitrário, suportam melhor o roubo do que o vilipêndio; ignorantes por falta de instrução mas cheios de talentos por natureza, de imaginação brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e enobrecimento; generosos, mas bazófia; capazes de grandes ações, contanto que não exijam atenção aturada e não requeiram trabalho assíduo e monotônico (SILVA, 2000, 97).

Como o direito de ir e vir é, talvez, condicionante para o de liberdade de expressão e essa causa através do Movimento Passe Livre, que já tinha uma estrutura institucional acumulada de sua inércia combativa de anos anteriores, os demais pleitos das Jornadas de Junho, em diversidade gradiente pífia de resultados concretos, foram suprimidos pelo agenda-setting da Mídia. Essa porosidade de pleitos reveladoras de uma repulsão por lideranças – o que pode ser, em parte, por inoperâncias das mesmas, seja por inaptidão carismática ou rivalismo fagocitósico entre elas – também se replicou na escala mais global através do movimento contra hegemônico ao imperialismo transnacional como através da Primavera Árabe, *Ocuppy Wall Street* e Ocupa Rio, que insuflou na juventude global com acesso à redes vitais/virtuais políticas altamente especializadas, a demanda comum de se empoderar do espaço público como forma de protesto contra a epistemologia multidimensional, pedagógica inclusive, do **positivismo seletivo** do neoliberalismo global. O local e global, estiveram interconectados de forma dinâmica, no sentido, de que, assim como o capital se tornou supranacional, a resistência a sua primazia deveria ser efetuada com premissas escalares compatíveis – o que aponta para o sentido da internacional comunista, que, no entanto, era mais rígida universalmente em termos de sua aplicabilidade replicante ao longo diversos contexto nacionais. No entanto essa falta de coordenação mais físico local das multidões do que a virtual global dos públicos, pelo excesso de flexibilidade, liberdade, pautas e micro lideranças, não permitiu uma sobrevida maior das lutas e insurgências juvenis, no que configurou aos cenários dos movimentos sociais passados o modismo febril festivo do radicalismo manifestatório, uma pasmaceira ideológica na maioria dos lugares onde ocorreram as mobilizações.

A pauta única acabou por enfraquecer politicamente o movimento MPL, apesar de o fortalece-lo institucionalmente, que foi facilmente cooptado pelas forças hegemônicas do partido situacional, como no episódio da Carta à Presidente Dilma que resultou na visita oficial do grupo à Brasília. Esse retrospecto mostra como seria de interesse público que mais demandas-cartazes se tornasse pauta concretas e minimamente institucionalizadas no espaço público. Em relação à eficácia da mensagem há que considerar que, para Tarde (2005), a fixação de uma mensagem depende do efeito de similitude da opinião pública, que cria a ilusão de que essa ideia ao qual quero reproduzir como minha é compartilhada por pessoas, inclusive, espacialmente distantes – o que reitera a relevância do escrutínio dos meios e efeitos escolhidos contidos subcutaneamente na mensagem a ser arrolada, o que é apontado por McLuhan (2011).

A partir da obra de Moles (1987) acrescentaria que a pulverização de cartazes e a baixa frequência de visualização das demandas-cartazes, somado a falta de equilíbrio discursivo entre originalidade e banalidade dos mesmos levou a uma ineficácia comunicacional das manifestações. O que, inclusive, dificultou o trabalho da mídia, que preferia optar pelos estereótipos mais usuais sobre o caráter dos protestos no Brasil (baderneiros, vândalos e anarquistas), país, tão avesso a conflitos oficiais e solidário a consensos autoritários – termo cunhado Badiou (1995) para ser referir a interpelação a todos os países para que seja signatário dos direitos humanos universal

criados em Genebra. As manifestações de junho se tornaram um turbilhão cultural de vozes silenciadas no cotidiano do *establishment* brasileiro mais que demandam por divergência leal, por vezes até coercitiva democratizante para fazer frente à retórica epistemologia violenta do sistema capitalista neoliberal e ao Terrorismo de Estado e sua inércia positivista seletiva de opressão gratuita e destruição criadora (SCHUMPETERS, 1961). Por sua vez, disfarçada sobre a retórica consensual autoritária cínica que a democracia representativa e o sistema capitalista monopolista criam – e, que, por isso, mesmo eram motivo de crítica pela população de formas tão diversas quantas foram os conteúdos dos cartazes.

A questão geopolítica moderna e contemporânea pode ser agrupada em 3 blocos: **as grandes disputas entre países “centrais”**, como por exemplo, as duas maiores matrizes imperialistas da segunda modernidade (britânica x francesa), **entre países (neo)colonizadores/imperialistas e colônias/”periferias”**, como a luso ibérica, hegemônica na primeira modernidade, que se viu em meio a inúmeras contendas de movimentos separatistas e emancipatórios no Brasil, e, por fim, **entre “periferias”** – que aqui representam também uma escala microfísica que, em derradeira instância, representam todo tipo de colonialismo interno ou intraperiférico, inclusive, de um indivíduo em relação a outro, como no caso das manifestações de junho \_ já sabendo que as mazelas sociais e morais nossas de cada dia, agudizadas, já se naturalizaram como conceitos (FOCAULT, 2000).

O positivismo social, filho primogênito do cartesianismo e do pensamento matemático que engendra e engendrado por uma afirmação absoluta que interdita a possibilidade de controvérsia é uma escola de pensamento social dominante na sociedade (pós)moderna. Apesar de estar superado filosoficamente superado enquanto corrente epistemológica na história da filosofia mesmo franco-ocidental, ainda segue como lema fundante do norte filosófico do Brasil. O que na própria época, apesar do seu modismo ter insuflado por Benjamin Constant o mito de origem poético da República e a criação da Igreja Positivista Brasileira – cujo único templo remanescente está localizado na Rua Benjamin Constant (Rio de Janeiro) – há questões referentes à ductibilidade empreendida na apropriação feita dos lemas positivistas para a realidade política e social brasileira. Por ter sido feito uma transposição literal e admoestadora de um conceito histórico e datado de um local com especificidade peculiar para outro (BOURDIEU; WACQUANT, 2002). É evidente que enquanto uma monarquia atrapalhada e ex-colônia de Portugal, o caos e degradação podem ser considerados os grandes karmas sociais brasileiros. Talvez, por isso o escoramento no positivismo francês tenha sido patente, pois que ele, de fato, dentro de suas limitações abstracionistas transcendentais, parece apontar em complementariedade ao contexto sócio político brasileiro repleto de contradições e antagonismos sortidos dos mais complexos arranjos e desarranjos. Pode-se acrescentar que:

A ideologia do progresso, do egocentrismo, da grandeza, do positivismo, da ordem: o progresso é o desenvolvimento da ordem. Porém, o que permanece é o mesmo sistema português ou estrutura básica, em que

se coloca o poder nas mãos de clãs, sempre abertas à cooptação por alianças patrimoniais e políticas. Essas elites tem usados diferentes estratégias para se manter no poder, o que permite o desenvolvimento da corrupção, do clientelismo e do corporativismo, com total ausência de ética (NAZARRI; NAZARRI, 2006).

Apesar da utopia do positivismo ser uma referência complementar ao artificialismo da política local brasileira causado pelo esvaziamento seletivo do componente popular de representação mais fidedigna, mudanças sociais não são feitas por decretos e filosofias retóricas, ainda mais importadas ilegalmente, mas, mormente, sem a participação do povo (CARVALHO, 2012). Ironicamente, o que foram excluídos do franco-positivismo do Brasil e depois de Brasília, ambos para ingleses e americanos verem – o que mostra como não foram a falta de ordem e progresso os motivadores da queda da monarquia (REDIG, 2009). E mesmo que se considere o positivismo no Brasil operante ou satisfatório para uma parcela da população às expensas, justamente, da maioria da população, já que a lógica metonímica do mesmo implica soturnamente nessa dicotomia competitiva (SANTOS, 2006), é claro e evidente, que sua utopia faústica se dissolve no reverso do pretendido: ódio, caos e retrocesso. Já que ele é uma forma de ordenação racionalista e dominação do homem e natureza que, muitas vezes, contraria uma os ordens, padrões e fluxos que regem a ecologia da mente que integra corpo, ambiente, máquina e a sociedade (BATESON, 2000). Um positivismo orgânico de harmonia e sustentabilidade que poderia ser mais bem aplicado do que o outro. Ademais porque o quadrado verde da bandeira nacional por integrar o elemento natureza, no que representa a constelação de estrelas e bosques verdejante, aponta para um determinado equilíbrio, que, no entanto, não é corroborado pelas práticas pouco preservacionistas do Brasil enquanto Estado e sociedade.

Apesar da capital planejada do Brasil – suprasumo do ideal positivista, ao contrário do Brasil como país e *práxis política* – ser uma capital que reproduz ainda uma certa tendência racionalista e matemática, mas que aqui também escapa do domínio da razão, pois sua ânsia de planejar minimalistamente, acabou por causar desigualdade sociais e regionais maiores do que, supostamente, pretendia solucionar. Mesmo espírito expresso também na bandeira nacional através da frase “Ordem e Progresso”, o efeito nefasto da atualização diária a esse símbolo nacional seria mais compatível com o elemento da crise e conflito se não tivesse sido suprimido a palavra “Amor” que antecedia o verso de Comte. A defesa cega do racionalismo importado da França pós-iluminista expressa em 2 dos 3 lemas positivistas da bandeira se deve ao fato de que na época da mudança do sistema política do país para República, aquele país era hegemônico enquanto matriz cultural:

A frase é o único elemento estranho ao nosso contexto, não por ser francês, mas porque, me parece, não fazia muito sentido para o Brasil daquela época, como mote de mudança do regime, já que não teria sido a falta de ordem ou de progresso a razão para se derrubar o governo de D. Pedro II (REDIG, 2009, 57).



O flerte com o Brasil, sobretudo com o Rio de Janeiro, já era antigo e remonta tanto ao período das Grandes Navegações, em que os franceses chegaram a invadir a atual Baía da Guanabara, como as Invasões Napoleônicas, quando muitos iluminados artistas e estilistas aportaram no país, fugidos da perseguição do imperador expansionista. Essa forte tendência dos cariocas de adoração eurocêntrica estão entre os itens do extenso *hall* de motivações para mudança da capital, pois que poderia isso se enquadrado como questão de segurança nacional em períodos nacionalistas como na metade do século XX (VESENTINI, 1986). O fato da mídia e cultura local carioca (música e novelas) serem representadas (inter)nacionalmente como metonímia de Brasil reitera-se com a centralidade da ordenação das estrelas-Estados da bandeira nacional – apesar de haver um certo destaque latitudinal no topo para a estrela do Estado do Pará, supostamente por ter sido o último Estado a aderir a República e/ou por ser o Estado do extremo norte (“a estrela do norte”):

[a bola azul] representa o céu do Rio de Janeiro às 8:30 da manhã do dia 15 de novembro de 1889, local e hora aproximada da Proclamação da República. Deles foram selecionados 21 estrelas de 9 constelações para representar os Estados mais o Distrito Federal, segundo critérios astronômico-simbólicos [...] (até hoje foram acrescentadas mais 6 estrelas/Estados) (REDIG, 2009, 57).

Mas o histórico vitrinístico da heráldica nacional não foi inaugurado com a bandeira republicana franco-positivista. Mesmo após a independência a bandeira já incluía elementos maneiristas de outro país, no caso Portugal e França (REDIG, 2009) e provavelmente teve curso mediante vontade de Dom João VI – o que é condizente caráter intrafamiliar e antipopular com que foi gestado cordialmente a pseudoindependência brasileira (NAZARRI, 2006). Se inaugurava, destarte a matriz cromática áureo-verdicular e morfológica losangular e outros símbolos como a cruz, a esfera armilar, as estrelas brancas sobre fundo azul que serão protagonistas da bandeira republicana positivista, bem como o retângulo verde e o losângulo amarelo (REDIG, 2009). Tanto a bandeira real e imperial (a primeira duraria somente 3 meses) foram criadas pelo artista oficial da família real brasileira: o francês Debret – o que já prenunciava bandeirologicamente influência indireta do país do iluminismo que se tornaria visível no texto positivista da bandeira da República, apesar de suposta participação de José Bonifácio na disposição e criação das insígnias do brasão imperial:

[a bandeira imperial teria como marco referencial] (...) supostamente a partir da geometria das bandeiras dos regimentos napoleônicos. As cores representariam as respectivas casas reais do príncipe D. Pedro (verde de Bragança de Portugal) e de sua esposa, a princesa D. Leopoldina (amarelo de Habsburgo, da Áustria), grande incentivadora da nossa independência (...). O losango seria ainda uma segunda referência à princesa, enquanto corresponde à forma do escudo heráldico feminino (...) *ibid.*, 46).

Apesar da polifônica e complexa, porém geometricamente simples, a bandeira proposta pelos positivistas terem sido bem fundamentadas pelo seu criador Teixeira Mendes no texto “Apreciação Filosófica da Bandeira Nacional”, em que revela o caráter conciliatório da variável conservadora da palavra “ordem” em “e” a visionário da “progresso”, a bandeira, à exemplo do seu conceito dialético, suscitou críticas e oposições (ibid.), muitas vezes dúbias, como o próprio decreto que a instituía redigido por Rui Barbosa. Os monarquistas também figuravam entre os severos críticos da mesma por motivos óbvios, mas, sobretudo os católicos, pois que a filosofia positivista era famigerada por negar Deus pelo seu cartesianismo implícito, apesar do cruzeiro do sul ser associado subliminarmente a uma cruz e a Ordem do Cruzeiro do Sul (ibid.). Mas talvez, a maior crítica seja latente à sua riqueza de detalhes astronômicos que dificulte a reprodução à mão livre. O fato é que, morfologicamente, a matriz cruz, bem como losango e círculo, seria componentes de diversos elementos do inventário identitário visual nacional – inclusive no modernismo de Brasília:

No nosso maior símbolo de modernidade, Brasília, essa gestalt surge nos momentos mais significativos: da Bandeira da Cidade (1969), [...], do poeta-heraldista Guilherme de Almeida, à coluna do Palácio da Alvorada, [...] (que se tornou a marca da cidade), do arquiteto-escultor Oscar Niemeyer, do arquiteto-urbanista Lúcio Costa, que presta dupla homenagem a este signo cultural: primeiro implicitamente, no próprio design do plano, [...]; depois, explicitamente, no texto do relatório com o qual venceu o concurso nacional para este projeto (ibid., 85).

O positivismo francês x catolicismo romano são então dois grandes diretivos ideológicos condutores do Brasil e, que apesar, antagônicos estiveram entrelaçados. É evidente que a justificativa de Mendes cotejava essa apropriação harmoniosa de opostos, quase mágico-totêmica, já é uma licença poética do viés positivista, que não tem esse caráter de mediador com o *status quo* católico, pois que radiado pelo iluminismo antropocêntrico e cartesiano. Ademais, ele resultou em uma série de traições regionais desse sentido coeso defendido pelo positivismo através das bandeiras estaduais que reverenciava os movimentos separatistas do período da monarquia no Brasil (ibid.). A exclusão da seletividade seria, então, uma opção local e não meramente um ato unidirecional – dinâmica próxima a configuração de estigma e posição social por duplo vínculo (interdependência) assimétrico (ELIAS; SCOTSON, 2000). Para além disso, fica a sugestão da resolução do problema de tradução do positivismo de Redig (2009) – para uma bandeira com faixa branca sem caracteres algum, que, bem que poderia apontar simbolicamente para a paz universal, do qual o positivismo é um dos maiores entraves, como foi mostrado ao longo desse trabalho. Já que para ele a bandeira não é em si positivista, somente o texto no seu bojo. Para além desse problema ideológico, a bandeira brasileira feita pelos positivistas apresenta qualidades e originalidades formais:

A conjugação das 3 Formas Fundamentais (quadrado/triângulo/círculo) nos oferece uma gestual única entre todas as bandeiras nacionais: nenhuma é parecida, nem vagamente. Poucas utilizam formas geométricas (em geral usam faixas), nenhuma adota o losango, pouquíssimas o círculo, e absolutamente nenhuma utiliza esses três elementos juntos em seu desenho. Isso confere à Bandeira brasileira uma alta capacidade de identificação [gestáltica], (...) (ibid., 218).

### **Considerações Finais**

Concentrei-me a adicionar novos ingredientes simbólicos a poética da bandeira poética positivista a partir da minha experiência vivencial contemporânea dos acontecimentos políticos de longa duração da redemocratização brasileira – que apesar de locais, são mais globais do que as grandes e-navegações. Sendo assim, é possível acordar, a partir de uma releitura que aponta para uso consciente do positivismo inerente ao conceito de centro-periferia:

(...) a reflexão sobre a sociedade urbana, no Brasil, se funde e se confunde com a reflexão sobre os processos de mudança social que caracterizam a constituição de uma sociedade urbano-industrial — pobre e de consumo, heterogênea e desigual – na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada (FARIAS, 1978, 99).

O projeto de design heráldico da nova bandeira com antropologia dinâmica sobre o velho positivismo tentou, destarte, uma revisão do conceito de centro/periferia que questiona se a colonialidade pode ser superada, seja pela via consensual autoritária, democratizante ou pela conflitual (democratizante ou autoritária). Ou se, pelo menos, se pode produzir teoria na periferia a partir de seu campo complexo de etnicidade? A proposta da bandeira despositivizada é bem subjetiva, no sentido de que cada cidadão deve ter a sua - anarquismo relativo da participação social complementar a democracia representativa da eleição direta, o que vai, justamente, na contramão da atual fase política iniciada com governo Temer que reedita o slogan do governo federal o velho bordão franco positivista (seletivo), cuja tabuada sabemos de cor: progresso (controle inflacionário) que beneficia o capital especulativo internacional as expensas da ordem (controle social) aplicado preferencialmente sobre as populações periférica. Se espera, destarte, apontar com esta reflexão para novos caminhos de ductibilidade política e econômica, mas também cultural e científica, menos dependentes e mais autossuficientes – o que não significa fechamento dos portos e poros a nações ini(a) migas, mas maior centramento em si mesmo (autoconhecimento) antes de se lançar no jogo irreversível e fascinante da alteridade antropológica (alter-conhecimento).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. **Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro, Relume Dumará; 1995.
- BATESON, Gregory. **Steps to a Ecology of Mind**. Chicago: Univ. of Chicago P., 2000.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. In **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n.1, Rio de Janeiro. 2002.
- CARVALHO, J. M.. **Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- ELIAS, Nobert & SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FARIAS, Vilmar. Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, Nº 29, MARÇO, 1991.
- FARIAS, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: **Anais do I Encontro da Abep**, 1978.
- FOCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. São Paulo. Rio de Janeiro, Forense, 2000.
- FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- HEGEL, Georg. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HABERMAS, Jurgen. **A Nova Intransparência. Do esgotamento das energias utópicas**. Novos Estudos CEBRAP, nº 18, 1987.
- LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1998.
- LE BON, Gustav. **Psicologia das Multidões**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo, Global, 1982.
- MCLUHAN, Marshall. Marshall McLuhan: entrevista ao L’Express. In: **Alceu**, v.12, n. 23. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2011.
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil em que Termos?** São Paulo: Nobel, 1999.
- MOLES, Abraham. **O Cartaz**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- NAZZARI, Rosana Katia. **Partidos e Comportamento Político no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.
- REDIG, Joaquim. **Nossa Bandeira: formação, usos, funcionalidade**. Rio de Janeiro: Fraiha, 2009.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian. **Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SANTOS, Boaventura. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as Ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCHUMPETER, Arthur. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SILVA, José Bonifácio de Andrade. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

TARDE, Gabriel. **Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VESENTINI, José. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

Recebido em março de 2017.

Aprovado em abril de 2017.